



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE

CNPJ 26.042.556/0001-34



Ofício nº. 285/2014-GP

Limeira do Oeste – MG., 16 de dezembro de 2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Enviamos a Vossa Excelência, para apreciação e aprovação, o
incluso Projeto de Lei:

- Projeto de Lei nº 26 - **AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A
ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

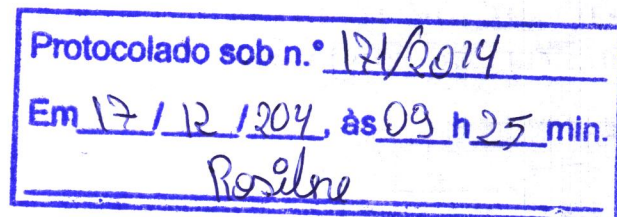
- Projeto de Lei nº 27 - **“AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DE
PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE/MG AO CONSEP –
CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO
OESTE/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Atenciosamente,

ENEDINO PEREIRA FILHO

Prefeito

A Sua Excelência o Senhor
José Rodrigues Barbosa
Câmara Municipal
Limeira do Oeste/MG





PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE

CNPJ 26.042.556/0001-34



PROJETO DE LEI Nº 27, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

“AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE/MG AO CONSEP – CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE/MG, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ENEDINO PEREIRA FILHO, Prefeito Municipal de Limeira do Oeste, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao **CONSEP – CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE/MG**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. nº. 13.441.306/0001-25 com sede na Av. Minas Gerais, nº. 726, Centro, nesta cidade, quatro imóveis urbanos sem benfeitorias, quais sejam: Lotes 16, 17, 21 e 22 da Quadra C-5 no Bairro Jardim Paraíso II, com a área total cada um de 225,00 m², memorial descritivo em anexo.

Art. 2º Os imóveis ora doados serão destinados à construção das sedes das Polícias Militar e Civil do Município de Limeira do Oeste/MG, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e atendimento à população.

Art. 3º A doação de que trata a presente Lei será revogada, e o imóvel revertido ao patrimônio do município independentemente de qualquer indenização por eventuais benfeitorias e/ou acessões nele realizadas, no caso do beneficiário:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE

CNPJ 26.042.556/0001-34



I – Não construir a referida sede até o dia 31 de dezembro de 2.015 (dois mil e quinze), contados da publicação desta Lei;

II – Não manter o imóvel em boas condições de segurança, higiene, limpeza e em perfeito estado de conservação;

III – Não se responsabilizar a partir do recebimento do imóvel, pelo pagamento dos impostos, taxas incidentes e demais despesas decorrentes do uso do imóvel;

IV – Não se responsabilizar pelas despesas decorrentes da instalação dos equipamentos que se tornarem necessários no imóvel, assim como pelas despesas decorrentes de reparos que vierem a ser feitos no imóvel em função de sua utilização;

V – Não se empenhar, mesmo em caso de força maior, ou caso fortuito, pela salvação do bem ora doado;

VI – Transferir, locar, ceder, emprestar ou de qualquer outra forma repassar o imóvel a outrem sob qualquer pretexto ou, ainda, alterar a sua destinação sem autorização do doador.

Art. 4º Com fundamento no art. 21, da Lei Orgânica Municipal e do § 4º, do art. 17, da Lei Federal 8666/93, fica o Poder Executivo dispensado de realizar processo licitatório para efetuar a doação constante desta Lei.

Art. 5º A presente lei poderá ser regulamentada, no que couber, mediante decreto do chefe do Poder Executivo.

Art. 6º As despesas decorrentes da referida doação, correrão por conta do beneficiário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE

CNPJ 26.042.556/0001-34



Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste-MG., 17 de dezembro de 2014.

ENEDINO PEREIRA FILHO

Prefeito

Publicada por afixação no local de costume nesta Prefeitura e arquivada na data supra.

Daniele Luna da Costa

Secretária

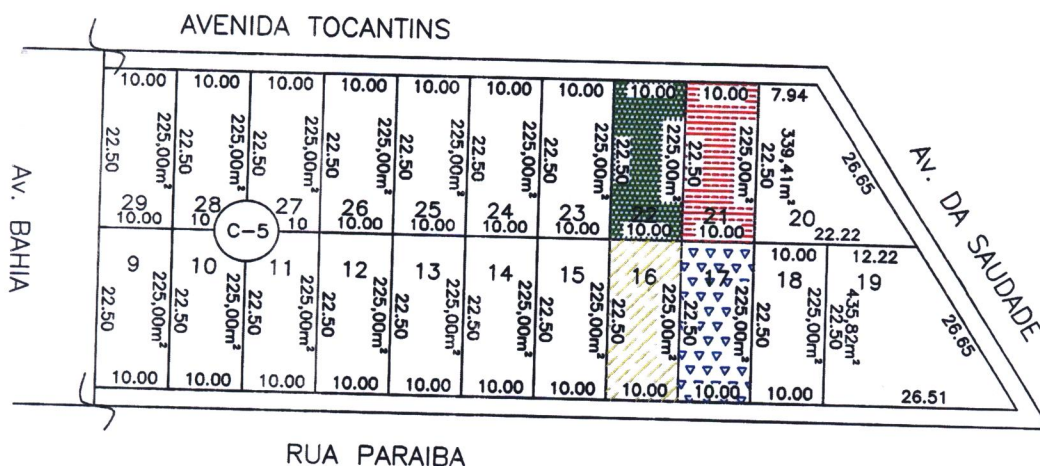
MEMORIAL DESCRITIVO

LOTE 16, 17, 21 e 22 - QUADRA C-5 - BAIRRO JARDIM PARAÍSO II

Limeira do Oeste = Minas Gerais

16 de Dezembro 2.014

01/02



LEGENDA

- | | | |
|--|------------------------------------|---------------------------------|
| | Memorial Descritivo Lote 16 | (225,00 m²) |
| | Memorial Descritivo Lote 17 | (225,00 m²) |
| | Memorial Descritivo Lote 21 | (225,00 m²) |
| | Memorial Descritivo Lote 22 | (225,00 m²) |

A.R.T. Nº

OBSERVAÇÕES:

Everton Freitas Leal
Engº Civil CREA 50622/9506/D-SP

Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste-MG
CNPJ: 2642556/0001-34
Proprietário (a)

MEMORIAL DISCRITIVO

LOTE 16, 17, 21 e 22 - QUADRA C-5 - BAIRRO JARDIM PARAÍSO II

Limeira do Oeste = Minas Gerais

16 de Dezembro 2.014

02/02

Memorial Descritivo Lote 16 (225,00 m²)

Tem início aos 46,51m do cruzamento da Avenida da Saudade, com a Rua Paraíba, um terreno de forma regular dentro das seguintes medidas e confrontações: Medindo 10,00m, de frente para a Rua Paraíba, igual medida de fundo confrontando com o lote (22), e pelo lado esquerdo confronta com o lote (15), por uma distancia de 22,50m, e pelo lado direito confronta com o lote (17), por uma distancia de 22,50m, perfazendo assim uma área total de 225,00m².

Memorial Descritivo Lote 17 (225,00 m²)

Tem início aos 36,51m do cruzamento da Avenida da Saudade, com a Rua Paraíba, um terreno de forma regular, dentro das seguintes medidas e confrontações: Medindo 10,00m, de frente para a Rua Paraíba, igual medida de fundo confrontando com o lote (21), e pelo lado esquerdo confronta com o lote (16), por uma distancia de 22,50m, e pelo lado direito confronta com o lote (18), por uma distancia de 22,50m, perfazendo assim uma área total de 225,00m².

Memorial Descritivo Lote 21 (225,00 m²)

Tem início aos 7,94m do cruzamento da Avenida da Saudade, com a Avenida Tocantins, um terreno de forma regular, dentro das seguintes medidas e confrontações: Medindo 10,00m, de frente para a Avenida Tocantins, igual medida de fundo confrontando com o lote (17), e pelo lado esquerdo confronta com o lote (20), por uma distancia de 22,50m, e pelo lado direito confronta com o lote (22), por uma distancia de 22,50m, perfazendo assim uma área total de 225,00m².

Memorial Descritivo Lote 22 (225,00 m²)

Tem início aos 17,94m do cruzamento da Avenida da Saudade, com a Avenida Tocantins, um terreno de forma regular, dentro das seguintes medidas e confrontações: Medindo 10,00m, de frente para a Avenida Tocantins, igual medida de fundo confrontando com o lote (16), e pelo lado esquerdo confronta com o lote (21), por uma distancia de 22,50m, e pelo lado direito confronta com o lote (23), por uma distancia de 22,50m, perfazendo assim uma área total de 225,00m².

A.R.T. Nº

OBSERVAÇÕES:



Everton Freitas Leal
Eng. Civil CREA 5062209506/D-SP



Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste-MG
CNPJ: 2642556/0001-34
Proprietário (a)

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.441.306/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/01/2011
NOME EMPRESARIAL CONSELHO DE SEGURANCA PUBLICA DO MUNICIPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONSEP			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV MINAS GERAIS	NÚMERO 726	COMPLEMENTO	
CEP 38.295-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LIMEIRA DO OESTE	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 11/01/2011	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010.

Emitido no dia 30/3/2011 às 15:44:56 (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

**ESTATUTO DO CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO
MUNICÍPIO DE LIMEIRA DO OESTE - MG.**

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E FÔRO:

ARTIGO 1º - O Conselho de Segurança Pública de Limeira do Oeste, com a sigla CONSEP, entidade civil, privada e sem fins lucrativos, com objetivos cívicos, culturais e educacionais, reger-se-á pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais vigentes, tendo:

a) SEDE E ADMINISTRAÇÃO:

Avenida Minas Gerais nº 726 , centro, Limeira do Oeste – MG, CEP: 38.295.000.

b) ÁREA DE AÇÃO: Para efeito de abrangência, compreende a área de responsabilidade do 1º GP/4º Pelotão de Limeira do Oeste.

c) PRAZO DE DURAÇÃO E FORO: Indeterminado, com Foro na Comarca de Iturama-MG.

**CAPÍTULO II
GENERALIDADES E OBJETIVO SOCIAIS**

ARTIGO 2º - Entidade de apoio à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais nas relações com a comunidade, para a solução integrada dos problemas de segurança com base na filosofia da Polícia Comunitária, que objetiva:

I - Constituir um canal privilegiado, pelo qual a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, passará a auscultar a comunidade;

II – Ser representado coletivamente, e em caráter exclusivo, pelo presidente do Conselho;

III - Planejar e promover ações integradas de

segurança, através da congregação das lideranças comunitárias do CONSEP;

IV - Propor às Polícias a definição de prioridades na área de segurança pública do CONSEP;

ARTIGO 3º - O CONSEP visa, com base na colaboração recíproca a que se obrigam os seus membros, promover:

I) Integração entre a comunidade que compreende o CONSEP;

II) Diagnósticos, campanhas, acompanhamento dos fatos sociais emergentes e do serviço das Polícias;

III) Parcerias com pessoas físicas ou jurídicas de qualquer natureza e ações voluntárias para o funcionamento da Polícia Comunitária;

IV) O desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas e sociais da comunidade, em parceria desta com a Polícia Militar de Minas Gerais;

V) A conscientização da comunidade sobre a importância do comprometimento e do trabalho em parceria, através do voluntariado na forma da Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, proporcionando: Palestras, Reuniões, Debates, Seminários e outras atividades;

VI) A valorização do idoso, da criança e do adolescente, com reflexões, palestras, debates, trabalhos em grupo e outras atividades;

VII) Cursos de segurança doméstica, segurança no trânsito, primeiros socorros e outros, que de uma forma ou de outra, contribuam para prevenção e a melhoria da qualidade de vida;

VIII) O comprometimento dos integrantes do Conselho e dos Policiais Comunitários;

IX) A continuidade de objetivos e de estratégias, para a integração entre Comunidade e Polícia, priorizando as necessidades das comunidades em sua área de abrangência;



X) A participação efetiva através da fiscalização, sugestões e críticas que visem melhorar a qualidade do trabalho policial.

Parágrafo Único – A participação de qualquer um dos membros do CONSEP se dará na forma da Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário.

CAPITULO III

DA FORMAÇÃO E DA CATEGORIA DOS MEMBROS

SEÇÃO I

ARTIGO 4º - O Conselho será formado por pessoas da comunidade, que possuam interesse em comum com a mesma, independente de cor, raça, credo religioso e ideologia política, dentro dos requisitos básicos do Art.6º, deste Estatuto.

ARTIGO 5º - Será formado pelas seguintes categorias:

I – **Membros Natos** – Representante da Polícia Militar da área de circunscrição do CONSEP;

II – **Membros Efetivos** – Integrantes da comunidade que atendam aos requisitos do artigo 6º deste Estatuto.

III – **Membros Participantes** - Todas as pessoas idôneas e representantes de organismos públicos e não governamentais, que não estejam enquadradas nas outras categorias e que fazem parte da comunidade;

ARTIGO 6º - As condições para ser membro efetivo são:

I - Ser voluntário;

II - Ter idade mínima de 18 anos;

III - Não registrar antecedentes criminais, dispensando-se tal exigência, excepcionalmente, mediante justificativa fundamentada do Presidente, com parecer favorável dos membros natos e com homologação da Comissão Coordenadora;

IV - Ser membro da comunidade, ainda que não representante de organização, desde que formalmente convidado pela Diretoria do CONSEP;

V - Firmar compromisso de fiel observância às normas reguladoras do CONSEP, nos termos do artigo 7º deste Estatuto;

VII - Ter conduta ilibada, no conceito da comunidade que integra;

Artigo 7º - Todos os membros efetivos receberão um cartão de identificação, que ocorrerá em reunião solene, após prestar o seguinte compromisso:

"Incorporando-me voluntariamente ao Conselho de Segurança Publica de Limeira do Oeste, prometo, pela minha honra, trabalhar pelo progresso, harmonia e segurança em minha comunidade. Recusarei qualquer vantagem ou privilégio pessoal em razão da liderança que ora exerço e cumprirei fielmente a legislação que regula este Conselho. Assim procedendo, contribuirei para o aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Polícia Militar à sociedade e serei merecedor do respeito de minha família, de minha comunidade e de meus concidadãos".

I) Antes do compromisso, o Presidente exporá aos membros as responsabilidades comunitárias que assumem;

II) O compromisso será lido pelo Secretário;

III) Terminada a leitura, o membro efetivo responderá: "Eu prometo";

IV) Após o compromisso, os membros serão saudados pelo Presidente, assinarão a ata de reunião solene e receberão seus cartões de identificação;

V) O cartão de identificação que trata este artigo obedecerá ao modelo estabelecido pela Coordenadoria Estadual da Polícia Comunitária.



SEÇÃO II

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA.

ARTIGO 8º - O Conselho Comunitário de Segurança Pública será constituído, por número de membros ilimitado, a partir de sua diretoria e todos, inclusive a diretoria, prestarão serviço voluntário que trata o parágrafo único do Artigo 3º deste Estatuto;

§ 1º - A prestação do serviço voluntário de que trata o *caput* deste artigo, prevista ainda no parágrafo único do artigo 3º deste Estatuto, será instrumentada, obrigatoriamente, através do preenchimento e assinatura do termo de Adesão ao Serviço Voluntário, previsto no Anexo deste Estatuto, que deverá, ainda, ter firma reconhecida em cartório.

§ 2º - Para os cargos previstos para a Diretoria, a idade mínima será de 18 anos, no dia anterior à posse.

ARTIGO 9º - A diretoria será composta por:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário;
- 1º Tesoureiro;
- 2º Tesoureiro;
- Diretoria de Políticas;
- Diretor Social e de Assuntos Comunitários;
- Comissão de Ética e Disciplina;
- Conselho Fiscal;

§ 1º - A Comissão de ética e disciplina será composta por 03 membros designados pelo presidente;

§ 2º - Os membros da Comissão de Ética e Disciplina não poderão acumular outros cargos;

§ 3º - Poderão ser criados grupos de trabalho de caráter temporário, por iniciativa do Conselho;

§ 4º - O membro da Diretoria e da Comissão de Ética e Disciplina poderá afastar-se por até 60 dias por ano, mediante solicitação escrita ao Presidente, que indicará seu substituto, desde que o pedido não seja indeferido;

§ 5º - Poderá ser realizado plantão de atendimento comunitário pela diretoria, visando orientar as pessoas da comunidade sobre o encaminhamento de suas sugestões e reivindicações relativas à segurança pública.

§ 7º - Os cargos não serão remunerados.

§ 8º - A Diretoria deverá reunir-se no mínimo uma vez por mês;

SEÇÃO III

DAS COMPETÊNCIAS

ARTIGO 10 - Compete aos membros natos:

I - Representar a Polícia Militar no respectivo CONSEP.

II - Identificar e convidar as forças vivas da comunidade para a implantação ou reativação do Conselho, indicando a diretoria para exercer o primeiro mandato.

III - Articular, de comum acordo com o Presidente e membros do CONSEP, as diretrizes, normas e procedimentos visando à homogeneização de ações em prol da segurança pública, com base em dados estatísticos elaborados a partir das ocorrências policiais.

IV - Auscultar a comunidade, por intermédio do CONSEP, definindo as prioridades de atuação da polícia na área geográfica circunscrita.

V - Incentivar ou promover palestras e encontros, objetivando orientação e qualificação técnica dos membros do CONSEP.

VI - Orientar tecnicamente o CONSEP na formulação e veiculação de campanhas educativas dirigidas à comunidade, visando aumentar seu grau de auto-proteção e inibir infrações e acidentes evitáveis, que possam trazer prejuízo às pessoas e ao patrimônio.

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

VII - Motivar o trabalho conjunto da comunidade, polícia e demais setores do governo, para combater causas que gerem a criminalidade.

VIII - Articular a comunidade e os órgãos públicos para a correção de fatores que afetem a segurança pública.

IX - Encaminhar aos superiores hierárquicos cópias das Atas de reunião do CONSEP para o acompanhamento de suas atividades.

X - Certificar-se dos bons antecedentes de quem pleiteie tornar-se membro efetivo do respectivo CONSEP.

XI - Prestar contas ao CONSEP sobre a variação dos índices de criminalidade da área e medidas que a polícia esteja adotando para oferecer grau mais elevado de segurança à comunidade.

XII - Prestigiar, perante a comunidade, os membros que exercem funções de Diretoria e Comissão de Ética e Disciplina.

XIII - Fundar na verdade as relações da Polícia Militar com a comunidade, oferecendo quaisquer explicações solicitadas pelo CONSEP acerca do serviço policial, admitindo-se invocar sigilo sobre as informações reservadas que a legislação assim classificar.

XIV - Informar ao CONSEP, caso solicitado, sobre as necessidades materiais prioritárias da Polícia Militar, de modo a permitir que a Diretoria, caso delibere e tenha êxito em captar recursos para atendimento dessa necessidade, possa dirigir esforços para suprir as carências mais acentuadas da área.

XV - Informar à Comissão de Ética sobre candidato a cargo eletivo no CONSEP, cuja vida pregressa não o recomende para concorrer ao exercício do cargo pretendido.

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS



ARTIGO 11 - Ao Presidente compete:

Fixar e difundir o calendário anual das reuniões ordinárias, estipulando data, horário, e local, no início de cada exercício;

II) presidir as reuniões do CONSEP segundo pauta;

III) Assinar em conjunto com o 1º Secretário as atas de reunião;

IV Apresentar, anualmente, exposição das atividades do CONSEP;

V) Convocar as reuniões extraordinárias e as eleições;

VI) Nomear e excluir os membros que comporão a Diretoria, exceto o Vice-presidente;

VII) Representar o CONSEP judicial e extrajudicialmente;

VIII) Apresentar às autoridades competentes as sugestões e reivindicações levantadas em reunião, desde que não sejam de competência dos membros natos;

IX) Difundir publicações recebidas do Coordenador dos CONSEP e outras de interesse do Conselho e da comunidade;

X) Autorizar, ouvido o Diretor Social e de Assuntos Comunitários, veiculação de notícias do CONSEP pelos meios de comunicação de massa;

XI) Zelar pela preservação da ética e disciplina do respectivo CONSEP, podendo, inclusive, tomar conhecimento de toda a documentação, mesmo reservada, referente ao assunto, em arquivo no CONSEP;

XII) Representar o CONSEP em atos oficiais e em reuniões com a comunidade;

XIII) Promover o aprimoramento técnico dos membros do Conselho;

XIV) Identificar e convidar, em conjunto com os membros policiais, os líderes comunitários da área circunscrita a participarem do CONSEP;

XV) Criar grupos de serviço temporário, de caráter temporário, dirigidos pelo Vice-Presidente;

XVI) Prestar esclarecimentos a pessoas da comunidade sobre questões dirigidas ao CONSEP;

XVII) Não permitir que denúncias, que possam trazer risco à pessoa de seu autor ou a terceiro, sejam formuladas em público, durante a reunião do CONSEP;

XVIII) Zelar para que todas as pessoas regularmente inscritas possam fazer uso da palavra em reunião, por tempo certo, sem que sejam cerceadas em sua liberdade de expressão e de opinião;

XIX) Abster-se de usar as vantagens de seu cargo para pugnar por sua reeleição ou para favorecer ou prejudicar candidatura de outrem;

XX) Convidar, mediante prévio entendimento com a Diretoria, autoridades, palestrantes e outros visitantes ilustres a participarem de reuniões ou usarem da palavra em reuniões do CONSEP;

XXI) Zelar pela ordem e civilidade das reuniões, concedendo e cassando a palavra e fazendo retirar-se do recinto as pessoas que perturbem o andamento dos trabalhos ou possam trazer risco aos frequentadores do CONSEP;

XXII) Retirar do recinto em reunião exclusiva da Diretoria, o ex-membro que tenha sido excluído de CONSEP por motivos disciplinares;

XXIII) Enquadrar o CONSEP nas exigências legais e fiscais das áreas federal, estadual e municipal;

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS



XXIV) Assinar e expedir cartões de identificação aos membros efetivos de seu CONSEP;

XXV) Delegar atribuições que não sejam de sua competência.

XXVI) Autorizar o pagamento das contas que lhe forem apresentadas, com prévia autorização da Diretoria;

XXVII) Assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques de pagamento de despesas efetuadas.

ARTIGO 12 - Compete ao Vice-Presidente:

I) Assessorar o Presidente, executar as competências que lhe forem delegadas pelo Presidente e substituí-lo em suas faltas e impedimentos;

II) Coordenar a redação do Plano de Metas do CONSEP, acompanhando seus resultados;

III) Presidir os grupos de trabalho que forem criados pelo Presidente, designando os relatores.

ARTIGO 13 - Compete ao 1º Secretário:

I) Secretariar as reuniões do CONSEP, lavrando as respectivas atas, datilografando-as ou digitando-as, assinando-as e colhendo as assinaturas que lhe devam ser apostas, remetendo cópias devidamente protocoladas à Coordenação Local;

II) Conferir a correspondência, assinando-a juntamente com o Presidente e providenciar sua remessa, devidamente protocolada;

III) Manter os documentos do CONSEP sob sua guarda e organização, transferindo-os ao seu sucessor;

IV) Controlar a expedição, recolhimento e cancelamento de cartões de identificação dos membros do respectivo CONSEP;

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

V) Manter cadastro dos membros efetivos CONSEP, o qual somente poderá ser consultado por membros da Diretoria e da Comissão de Ética e Disciplina do respectivo Conselho, ou por requisição da Comissão Coordenadora, sendo que as informações de caráter pessoal, que digam respeito à vida privada e à intimidade do cadastrado, somente poderão ser fornecidas a terceiros com autorização expressa do identificado, nos termos do artigo 5º, X, da Constituição Federal;

VI) Preparar a pauta das reuniões, submetendo-a previamente ao presidente para aprovação;

VII) Remeter à Coordenação, fichas de cadastro de inclusão, exclusão ou alteração de membros efetivos do CONSEP;

VIII) Registrar a presença dos participantes;

IX) Redigir e encaminhar a correspondência dos CONSEP;

X) Providenciar a resenha histórica do setor.

ARTIGO 14 – Compete ao 2º Secretário:

I) Substituir o 1º Secretário em suas faltas ou impedimentos;

II) Cumprir a delegação que receber do 1º Secretário;

Artigo 15 - Ao Diretor Social e de Assuntos Comunitários compete:

I) Responsabilizar-se pelas atividades sociais e de assuntos comunitários programadas pelo CONSEP;

II) Zelar pela ordem e higiene do local de reuniões;

III) Programar e administrar a difusão de mensagens e de campanhas do Conselho à comunidade;

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

IV) Manter sob sua guarda os objetos de propriedade do CONSEP, utilizados para adornar e equipar locais de reunião;

V) Contatar responsáveis e adotar providências para reservar locais que se pretenda utilizar para a realização de eventos programados pelo CONSEP;

VI) Desenvolver estratégias para captar novos membros e para manter os membros atuais;

VII) Recepcionar, acompanhar e apoiar membros visitantes de outros CONSEP e outros convidados;

VIII) Planejar eventos e programas, desde que autorizado pelo Presidente do Conselho, destinados a estreitar os laços de cooperação entre os membros da comunidade;

IX) Incumbir-se do cerimonial do CONSEP.

ARTIGO 16 - Ao Diretor de Políticas compete:

I) Formar grupos de trabalho para auxiliá-lo nos assuntos referentes às políticas e em ações educativas;

II) Desenvolver ações que visem a redução de danos no âmbito da circunscrição do CONSEP.

ARTIGO 17 - À Comissão de Ética e Disciplina compete:

I) Apurar, por iniciativa do Presidente do CONSEP, as infrações atribuídas a membros efetivos e da Diretoria, exceto as atribuídas aos membros natos e da própria Comissão;

II) Opinar pela penalidade cabível, quando entender procedentes as acusações;

III) Propor ao Presidente do respectivo CONSEP a interpretação de normas legais sobre os Conselhos,

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

mediante consulta;

IV) O CONSEP terá sua transparência assegurada pela atuação independente e vigilante da Comissão de Ética e disciplina.

ARTIGO 18 – Compete a Tesouraria:

I) Zelar pelos recursos financeiros do CONSEP;

II) Executar todos os serviços de escrituração, contabilidade ou encargos legais, quando não contratado serviço de contadoria;

III) Repassar todas as informações e documentos referentes às finanças e patrimônio ao contador responsável, quando implementado o previsto no Inciso II, do Art.20 do presente Estatuto;

IV) Assinar os recibos e quaisquer documentos pertinentes as suas atribuições;

V) Depositar em estabelecimento de crédito o numerário disponível;

VI) Pagar as contas que lhe forem apresentadas com autorização do presidente;

VII) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques de pagamento de despesas efetuadas;

VIII) Apresentar, mensalmente, a prestação de contas para a aprovação da diretoria

SEÇÃO IV

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 19. O conselho fiscal compor-se-á de 03 membros efetivos e 03 suplentes, os quais serão eleitos quando das eleições da Diretoria.

§ 1º - Compete ao conselho fiscal:

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS



I) Acompanhar e fiscalizar a gestão financeira da diretoria e examinar a escrituração contábil;

II) Dar parecer sobre o levantamento de inventário, balanço e sobre as contas da diretoria;

III) Manter livro ata próprio e atualizado.

§ 2º O conselho fiscal dará por escrito o seu parecer que deverá ser registrado em livro próprio.

SEÇÃO V

DO CAPITAL SOCIAL

ARTIGO 20. O Capital Social poderá ser composto por verbas subsidiadas, convênios, promoções e doações voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas patrocinadas por ações específicas.

I - O Conselho deverá apresentar e publicar balancete mensal e o balanço anual;

II - O conselho poderá contratar serviço de contabilidade para controle das finanças e do patrimônio.

SEÇÃO VI

INVESTIMENTO

ARTIGO 21. A administração dos recursos captados deverá ser feita em conformidade com as necessidades da Comunidade, priorizada pelo CONSEP;

Parágrafo Único – Os recursos do CONSEP deverão ser empregados na consecução dos objetivos expressos no Artigo 3º deste Estatuto;

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS



CAPÍTULO IV

DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES

ARTIGO 22 - São direitos das pessoas da comunidade:

- I) Tomar parte das Reuniões públicas;
- II) Discutir, propor, votar e ser votado;
- III) Participar de Cursos e Palestras;
- IV) Participar e comparecer às reuniões sociais e culturais;
- V) Frequentar as reuniões Ordinárias;
- VI) Exigir esclarecimentos quanto ao patrimônio e investimentos do CONSEP;
- VII) Levar suas reivindicações ao CONSEP para deliberação e priorização.

ARTIGO 23 - São Direitos e Deveres dos Membros Efetivos do CONSEP:

- I) Votar e ser votado para os cargos de Diretoria e afastar-se, a pedido, de cargo que nela exerça;
- II) Ocupar cargos na Comissão de Ética e disciplina, Comissão Superior de Ética em grupos de trabalho, e deles exonerar-se, a pedido.
- III) Tomar parte nas reuniões e fazer uso da palavra com precedência sobre os membros visitantes e participantes;
- IV) Votar sobre assuntos tratados nas reuniões, que não sejam cominados à esfera exclusiva de decisão da Diretoria;

V) Propor a Diretoria quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses comunitários de Segurança;

VI) Frequentar as reuniões e a sede do seu CONSEP, bem como participar de reuniões de outros CONSEPs, na condição de membro visitante;

VII) Fazer uso da denominação de membro e dos símbolos do CONSEP, observado o disposto deste Estatuto.

VIII) Licenciar-se, por prazo que não exceda a 60 dias, por motivo relevante, desde que a Diretoria autorize;

IX) Ter abonadas pela Diretoria até duas ausências a reuniões ordinárias do CONSEP, por ano, desde que justificadas;

X) Propor a adesão e a readesão de membros efetivos e levar ao conhecimento da Diretoria fatos que incompatibilizem candidatos ao ingresso ou reingresso a se efetivarem como membros do CONSEP;

XI) Receber carta, assinada conjuntamente pelo Presidente e membros natos do CONSEP de origem, recomendando-o para ingresso no CONSEP da área para a qual venha a se transferir;

XII) Comunicar infração regimental a quem de direito;

XIII) Ampla defesa em procedimento de apuração, caso lhe seja imputada prática de infração regimental;

XIV) Recorrer, sem efeito suspensivo, de sanções que lhe sejam impostas, nos termos e limites da seção;

XV) Beneficiar-se das atividades culturais, sociais, esportivas, cívicas e comunitárias desenvolvidas pelo CONSEP;

XVI) Desligar-se e requerer readmissão no CONSEP;

ARTIGO 24 - São direitos e deveres dos Membros Visitantes:

I) Tomar parte e fazer uso da palavra, mediante prévia inscrição.

II) Propor à Diretoria quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses comunitários de segurança;

III) Ser acolhido fraternalmente e apoiado nos limites de lei e dentro das normas de hospitalidade, pelos membros do CONSEP visitado;

IV) Frequentar as reuniões e sedes do CONSEP visitado;

V) Comunicar infração regimental a quem de direito;

Artigo 25 – São direitos e deveres dos Membros Participantes:

I) Tomar parte nas reuniões e fazer uso da palavra, mediante prévia inscrição;

II) Propor à Diretoria quaisquer medidas que julgar convenientes aos interesses comunitários de segurança;

III) Frequentar as reuniões e a sede do CONSEP;

IV) Comunicar infração regimental a quem de direito.

ARTIGO 26 - O membro da diretoria que deixar de prestar contas, faltar sem justificativa, a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco alternadas no período de um ano, admitindo-se abono anual, de no máximo duas faltas, a critério da diretoria, poderá automaticamente ser afastado da função, constando em ata.

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS



CAPITULO V ÁREA DE ATUAÇÃO

Artigo 27- A área de atuação será de acordo com a Letra "b" do Art. 1º deste Estatuto.

Parágrafo Único - A participação como membro efetivo de pessoa investida em mandato eletivo deve ser admitida.

CAPITULO VI

SEÇÃO I

DAS REUNIÕES

ARTIGO 28 - As Reuniões do CONSEP terão cunho público e serão abertas, devendo realizar-se em local de fácil acesso à comunidade, preferencialmente em imóveis de uso comunitário.

§ 1º - Dos editais de convocação das Reuniões deverão constar:

- I) A denominação do conselho;
- II) O dia e a hora das Reuniões em cada convocação, assim como o endereço do local da sua realização;
- III) A seqüência ordinal das convocações;
- IV) A ordem do dia dos trabalhos com as devidas especificações;
- V) Assinatura do responsável pela convocação.
- VI) Prestação de contas das tarefas distribuídas nas reuniões anteriores;
- VII) Ordem do dia, com tema principal a ser tratado;
- VIII) Assuntos gerais;
- IX) Síntese dos assuntos tratados e comunicação da próxima reunião;

X) A duração da reunião não deverá exceder a duas horas, comunicando-se no início da mesma, o horário estipulado para seu término;

XI) As decisões dos temas tratadós em reunião serão tomadas, sempre que cabível, por votação aberta, da qual poderão participar os membros efetivos presentes;

XII) A presença dos membros natos à reunião mensal do CONSEP será obrigatória, devendo ser representados em qualquer impedimento;

§ 2º - No caso da convocação ser feita por membros da comunidade o Edital será assinado, no mínimo pelos 04 (quatro) primeiros signatários do documento.

§ 3º - Os editais de convocação serão fixados em locais visíveis nas dependências mais comumente freqüentadas pelos membros e comunidade, bem como poderá ser publicado em jornal e por ofício circular a ser divulgado pela imprensa falada.

§ 4º - Os membros do CONSEP reunir-se-ão, ordinariamente, em sessão plenária, uma vez por mês, e excepcionalmente, quando interesse público assim o exigir.

§ 5º - Os membros da Diretoria do CONSEP reunir-se-ão, separadamente para analisar e discutir as soluções aos problemas apresentados, visando a segurança de seus membros e a eficácia das ações a serem adotadas.

CAPITULO VII

SEÇÃO I

DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA

Artigo 29- A eleição se realizará Trienalmente, no mês de maio, sob a presidência e responsabilidade solidária de uma Comissão Eleitoral, composta por três membros efetivos do Conselho, podendo dar-se do seguinte modo:

I - Por aclamação, caso haja apenas uma chapa inscrita para disputar o pleito;

II - Por maioria simples de votos dos membros efetivos presentes, quando houver mais de uma chapa inscrita para disputar o pleito, correspondendo as especificações constantes do Art. 39, Inciso 2º e seus parágrafos do Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Parágrafo Único - A votação se destina a eleger chapa completa, integrada por concorrentes à nova Diretoria, cuja inscrição deverá ser formalizada em Requerimento a ser entregue mediante recibo à Diretoria, até o encerramento da reunião Ordinária do mês de março.

ARTIGO 30 - A apuração dos votos e proclamação dos resultados pela Comissão Eleitoral será consignada na ata de eleição.

Parágrafo Único - Deverá ser respeitado a forma e os prazos recursais, previstos no Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança;

ARTIGO 31 - Os votantes deverão assinar o livro de presença e a ata da eleição.

ARTIGO 32 - Serão Legitimados eleitos os que obtiverem a maioria simples dos votos.

SEÇÃO II

DA POSSE DA NOVA DIRETORIA

ARTIGO 33- A assunção da nova diretoria eleita, dar-se-á solenemente no máximo 15 dias depois de realizada a eleição.

CAPÍTULO VIII

Da Escrituração

ARTIGO 34- O CONSEP deverá adotar os seguintes livros de controle e de registro das operações decorrentes de suas atividades:

- I - Livro de atas de reuniões de Diretoria;
- II - Livro de registro de Ética e Disciplina;
- III - Livro de presenças às reuniões;
- IV - Livro Contábil;
- V - Livro ata do Conselho Fiscal.

ARTIGO 35 - A escrituração será compilada em pasta e ficará sob a guarda do secretário, exceto os Livros Contábeis e de ata do Conselho Fiscal que ficará sob a guarda de um de seus membros.

CAPÍTULO IX

Das PUNIÇÕES

ARTIGO 36 - O não cumprimento dos deveres dispostos neste Estatuto implicará em:

- I - Advertência, reservada ou pública;
- II - Suspensão de até 60 dias;
- III - Exclusão do CONSEP.

Parágrafo Único - A imposição da sanção disciplinar a algum membro da Diretoria, poderá implicar na pena acessória de perda do mandato do punido.

ARTIGO 37 - São competentes para a apuração das infrações àqueles enumerados no Art. 52 do Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança.

ARTIGO 38 - No caso de infração estatutária grave, atribuída à concurso de dois ou mais membros da Diretoria, o fato será levado por membro policial ao conhecimento da Comissão Coordenadora Local, que requisitará a apuração do ocorrido e tomará as medidas necessárias.

Parágrafo Único - Deverá ser seguida às formalidades previstas no regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança.



CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS,

ARTIGO 39 - É expressamente proibido ao Conselho ou em seu nome, a realização de qualquer manifestação de caráter religioso, político ou de nacionalidades, respondendo os infratores por seus atos através das medidas punitivas previstas neste estatuto e/ou na Legislação Civil e Penal Brasileira.

ARTIGO 40 - Nas áreas dos Distritos Policias, de acordo com a divisão Setorial da Polícia Comunitária, o efetivo de Policiais Militares será coordenado preferencialmente por um Oficial PM, assim como, a exemplo da área atribuída ao Delegado de Polícia.

ARTIGO 41 - Os membros da Diretoria do CONSEP que concorrerem a cargo eletivo deverão ser afastados 90 (noventa) dias antes do pleito eleitoral.

ARTIGO 42 - A vacância de cargos da diretoria, quando não houver suplência, somente será preenchida através de eleições, mediante convocação de Assembléia Geral Extraordinária.

ARTIGO 43- O Conselho deverá planejar, coordenar e proferir palestras em escolas, associações, condomínios e outros locais de concentração de público, abordando estratégias de segurança para a comunidade e o valor da participação comunitária nas questões da segurança pública.

ARTIGO 44 - Poder-se-á planejar e coordenar pesquisas de opinião junto à comunidade de interesse do Conselho.

ARTIGO 45 - Oferecer solidariedade aos membros do Conselho e a seus dependentes, em caso de acidente, doença ou falecimento.

ARTIGO 46 - A constituição e o funcionamento deste Conselho, está sujeita a regulamentação dos Conselhos Comunitários de Segurança, todavia poderá sofrer as melhorias desejadas pela comunidade.

ARTIGO 47 - Este estatuto somente poderá ser modificado por Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim.

ARTIGO 48 - No caso de dissolução definitiva do conselho, o patrimônio social do Conselho, será dividido através da negociação às entidades beneficentes definido pela Assembléia Geral da Dissolução.

Local e data

Assinatura, com o nome completo e número da C.I. dos Membros da Diretoria.

Anexo Único

Considerações

- 1 - O Termo de Adesão ao Serviço Comunitário é um documento de grande importância, não apenas por sintetizar o espírito abnegado que se deseja buscar nos membros do CONSEP, mas também porque visa prevenir futuras ações de vínculo trabalhista.
- 2- Após o preenchimento do Termo, em duas vias, o mesmo deverá ser registrado em cartório.
- 3 - Quando da posse de uma nova Diretoria, seus integrantes também deverão preencher o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário.

André Maguino Fernandes
OAB/MG n.º 97.217

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

Conselho Comunitário de segurança de...

Termo de Adesão ao Serviço Voluntário

O Conselho de Segurança Pública de Limeira do Oeste, entidade civil, privada e sem fins lucrativos, com objetivo _____, CNPJ _____, situada à rua _____, doravante denominado **CONSEP**, através do seu presidente, o Sr _____ e o Sr _____ (Nome completo do prestador do serviço voluntário), filiação _____ e _____, data de nascimento ____/____/____, naturalidade _____, Estado civil _____, profissão _____, portador do R.G. nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado na (Endereço completo, telefone), doravante denominado **VOLUNTÁRIO**, celebram o presente Termo de Adesão, nos termos da **Lei nº 9.608 de fevereiro de 1998** e das suas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira – O Voluntário, por este Termo de Adesão, compromete-se a participar, como membro, do **CONSEP** _____, conforme as previsões Estatutárias da Entidade.

Cláusula Segunda – O Voluntário deverá estar ciente que, mesmo atuando como voluntário, não há exclusão da sua responsabilidade administrativa, civil ou penal, advindas de atos ou palavras durante a execução do serviço.

Cláusula Terceira – O Voluntário estará consciente da possibilidade de exposição à periculosidade que as atividades do **CONSEP** possam, através de caso fortuito, promover a seus membros.

Cláusula Quarta – O presente Termo de Adesão tem prazo de duração indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação escrita de uma das partes a outra, respeitadas as disposições do Estatuto do **CONSEP**.

Cláusula Quinta - O Voluntário declara ser conhecedor e aceita, por inteiro, o constante da Lei 9.608/98, ciente de que o serviço voluntário prestado ao **CONSEP** não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

Por estarem acordes, as partes assinam o presente Termo, em duas (02) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

(local e data)

Presidente

Prestador do serviço voluntário

TESTEMUNHAS

(Nome e CPF)

(Nome e CPF)

Arduo Maguano Fernandes
OAB/MG n.º 97.217

Apresentado para registro hoje às 15 hs.
Registrado sob n.º 2068 as fls. 112 do livro
96 de Registro Civil das Pessoas
Jurídicas e protocolado sob n.º 25849
Iturama, 11 de junho de 2011
O Oficial: Fabiana Soares de Freitas



SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS
PESSOAS JURÍDICAS

**OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS DA COMARCA DE ITURAMA - MG.**

CNPJ: 20.039.046/0001-21.

Fabiana Soares de Freitas, oficiala
interina do Ofício do Registro Civil das
Pessoas Jurídicas da Comarca de
Iturama, Estado de Minas Gerais, na
forma da Lei, etc...

CERTIFICO, atendendo a pedido verbal de parte interessada, que
revendo todos os livros e demais documentos do banco de dados sob meu
poder e guarda, dos mesmos CONSTATEI haver registrado o Estatuto DO
CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA
DO OESTE- MG, com sede: Avenida: Minas Gerais, N.726- Centro- Limeira
do Oeste- MG, tendo sido registrado sob N. 2068 às fls.11 V. do livro: A'6
protocolado sob N.25849 em 11 de Janeiro de 2011 e Ata da 3º Reunião do
Consep de Limeira do Oeste- MG tendo sido registrado sob N.2052 às fls.11v
do livro: A'6 em 16 de Novembro de 2010. O referido é verdade é dou fé. Dado
e passado nesta comarca de Iturama - MG, aos Onze (11) dias do mês de
Janeiro (01) do ano de Dois Mil e Onze(2011). Eu Freitas -Fabiana Soares
de Freitas oficiala interina registradora dou fé: Freitas _____.

Freitas

FABIANA SOARES DE FREITAS- – Oficiala interina

